

## ENSINO SUPERIOR

### 2019:

- **Despacho n.º 327/2019**, de 08 de janeiro – Determina a representação de Portugal no *Bologna Follow-up Group* (BFUG).
- **Despacho n.º 536/2019**, de 10 de janeiro – Determina a composição da comissão de reconhecimento de graus e diplomas estrangeiros.

## 2018:

- **Despacho n.º 11729/2018**, de 07 de dezembro – Renova o mandato do fiscal único da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.
- **Despacho n.º 11728/2018**, de 07 de dezembro – Renova o mandato do fiscal único da Universidade da Madeira.
- **Despacho n.º 11424/2018**, de 30 de novembro – Fixa o prazo em que devem ser submetidos os pedidos de registo dos cursos técnicos superiores profissionais para entrada em funcionamento no ano letivo de 2018-2019.
- **Despacho n.º 11092/2018**, de 27 de novembro – Cria um grupo de trabalho para o estudo e avaliação da distribuição de vagas no ensino superior público.
- **Decreto-Lei n.º 80/2018**, de 15 de outubro – Estabelece os princípios e regras aplicáveis às comissões de ética que funcionam nas instituições de saúde, nas instituições de ensino superior e em centros de investigação biomédica que desenvolvam investigação clínica.
- **Despacho n.º 8834/2018**, de 18 de setembro – Substitui perita da comissão de peritos do contingente especial para candidatos com deficiência no âmbito do Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2018-2019.
- **Portaria n.º 232-A/2018**, de 20 de agosto – Procede à regulamentação dos cursos artísticos especializados de Design de Comunicação, de Design de Produto, de Produção Artística e de Comunicação Audiovisual a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do **Decreto-Lei n.º 55/2018**, de 6 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 66/2018**, de 16 de agosto – Aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de ensino superior atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras.
- **Decreto-Lei n.º 65/2018**, de 16 de agosto – Altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 62/2018**, de 06 de agosto – Altera o Estatuto do Estudante Internacional.
- **Decreto-Lei n.º 61/2018**, de 03 de agosto – Cria o regime jurídico dos centros académicos clínicos e dos projetos-piloto de hospitais universitários.
- **Despacho n.º 7330/2018**, de 02 de agosto – Estabelece, para o ano letivo de 2018-2019, as vagas para ingresso, nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado em cada par instituição/ciclo de estudos, através de concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior e dos concursos de

mudança de curso e de transferência para o 1.º ano curricular.

- **Lei n.º36/2018**, de 24 de julho – Decreta a requalificação e construção de residências de estudantes do ensino superior público.
- **Despacho n.º6902-H/2018**, de 17 de julho – Divulga o calendário de ações do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no ano letivo de 2018-2019.
- **Portaria n.º211/2018**, de 17 de julho – Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2018-2019.
- **Portaria n.º209/2018**, de 16 de julho – Aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2018-2019.
- **Despacho n.º 6140/2018** de 22 de junho – Determina as transferências a efetuar, no ano de 2018, para a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, por dotações orçamentais provenientes das áreas governativas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
- **Despacho n.º 6136/2018**, de 22 de junho – Determina medidas destinadas à regularização de processos de equivalências de graus académicos desenvolvidos pela Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias nos anos letivos 2012-13, 2013-14 e 2014-15.
- **Despacho n.º 5198/2018**, de 24 de maio – Altera a composição do grupo de trabalho constituído através do **Despacho n.º 7115/2016**, de 31 de maio, com a missão de monitorizar e colaborar na preparação e execução das medidas de controlo orçamental a implementar pelas Instituições de Ensino Superior.
- **Despacho n.º 5036-A/2018**, de 21 de maio – Aprova as orientações a que se refere o n.º 3 do artigo 64.º da **Lei n.º 62/2007**, de 10 de setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), para a fixação das vagas para os concursos nacional e locais para ingresso no ensino superior público no ano letivo de 2018-2019.
- **Despacho n.º4907/2018**, de 17 de maio – Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o **Decreto-Lei n.º 393-A/99**, de 2 de outubro, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 272/2009**, de 1 de outubro, para acesso e ingresso no ensino superior, no ano letivo de 2018-2019, através dos regimes especiais.
- **Deliberação n.º 587/2018**, de 11 de maio – Divulga alterações de elencos de provas de ingresso para as candidaturas de 2019, 2020, 2021.
- **Deliberação n.º586/2018**, de 11 de maio – Delibera relativamente à candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino

secundário estrangeiro - 2019-2020.

- **Declaração de Retificação n.º 309/2018**, de 24 de abril – Retifica a **Deliberação n.º 218/2018**, da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, de 26 de fevereiro, relativa à fixação dos pré-requisitos para a candidatura ao ensino superior de 2018-2019.
- **Despacho n.º 2061/2018**, de 27 de fevereiro – Altera o **Despacho n.º 13057/2016**, de 19 de outubro, que fixa as orientações para o financiamento dos cursos técnicos superiores profissionais a suportar pelo Orçamento do Estado.
- **Deliberação n.º 218/2018**, de 26 de fevereiro – Fixa os pré-requisitos para a candidatura ao ensino superior de 2018-2019.

## 2017:

- **Despacho n.º 10966/2017**, de 14 de dezembro – Fixa o prazo em que devem ser submetidos os pedidos de registo dos cursos técnicos superiores profissionais para entrada em funcionamento no ano letivo de 2017-2018.
- **Acórdão (extrato) n.º 338/2017**, de 16 de novembro – Não conhece do recurso de legalidade, interposto ao abrigo da alínea *f*) do n.º 1 do artigo 70.º da Lei do Tribunal Constitucional; não julga inconstitucional a interpretação normativa, extraída dos artigos 20.º, n.º 6, n.º 7 e n.º 8, e do artigo 50.º da **Lei n.º 64-B/2011**, de 30 de dezembro, segundo a qual, os docentes do ensino politécnico que adquiriram a categoria de professor adjunto por força dos artigos 6.º e 7.º do **Decreto-Lei n.º 207/2009**, de 31 de agosto, na redação conferida pela **Lei n.º 7/2010**, de 13 de maio, não passam, durante o ano de 2012, a auferir concomitantemente o vencimento correspondente à categoria adquirida.
- **Despacho n.º 9542/2017**, de 30 de outubro – Aprova o Regulamento do Programa + Superior para o ano letivo de 2017-2018.
- **Despacho n.º 8584/2017**, de 29 de setembro – Procede à publicação de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Frequência do Ensino Superior de Estudantes com incapacidade igual ou superior a 60 %.
- **Deliberação n.º 765/2017**, de 17 de agosto – Divulga alterações de elencos de provas de ingresso para as candidaturas de 2018, 2019, 2020.
- **Lei n.º 71/2017**, de 16 de agosto – Define os preços máximos de refeição e de alojamento para estudantes do ensino superior em função do indexante de apoios sociais.
- **Lei n.º 68/2017**, de 9 de agosto – Estabelece o pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à terceira alteração à **Lei n.º 37/2003**, de 22 de agosto (Bases do financiamento do ensino superior).
- **Lei n.º 65/2017**, de 9 de agosto – Procede à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao **Decreto-Lei n.º 45/2016**, de 17 de agosto, que aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo **Decreto-Lei n.º 207/2009**, de 31 de agosto, alterado pela **Lei n.º 7/2010**, de 13 de maio.

- **Lei n.º 60/2017**, de 01 de agosto – Procede à primeira alteração à **Lei n.º 90/2001**, de 20 de agosto, que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes.
- **Portaria n.º 227/2017**, de 25 de julho – Procede à primeira alteração ao Regulamento do Processo de Registo de Diplomas Estrangeiros ao abrigo do **Decreto-Lei n.º 341/2007**, de 12 de outubro, aprovado pela **Portaria n.º 29/2008**, de 10 de janeiro.
- **Lei n.º 57/2017**, de 19 de julho – Procede à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao **Decreto-Lei n.º 57/2016**, de 29 de agosto, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento.
- **Despacho n.º 6342-A/2017**, de 19 de julho – Publicita calendário de ações do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2017-2018.
- **Despacho n.º 6342-B/2017**, de 19 de julho – Nomeia a comissão de peritos do contingente especial para candidatos com deficiência física ou sensorial no âmbito do Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2017-2018.
- **Portaria n.º 211-A/2017**, de 17 de julho – Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2017-2018.
- **Portaria n.º 211-B/2017**, de 17 de julho – Aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2017-2018.
- **Despacho n.º 6261-A/2017**, de 17 de julho – Estabelece, para o ano letivo de 2017-2018, as vagas para ingresso, nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado em cada par instituição/ciclo de estudos, através dos concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior e dos concursos de mudança de curso e de transferência para o 1.º ano curricular.
- **Deliberação n.º 668/2017**, de 13 de julho – Estabelece as provas de ingresso para o primeiro ciclo de estudos do curso de Educação Básica na candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano letivo de 2017-2018.

- **Deliberação n.º 667/2017**, de 13 de julho – Revoga o artigo 4.º da **Deliberação n.º 438/2017**, de 31 de maio, da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) relativa à candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro - 2018-2019.
- **Deliberação n.º 438/2017**, de 31 de maio – Publica a Deliberação relativa à candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro - 2018-2019.
- **Despacho n.º 4321/2017**, de 19 de maio – Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o **Decreto-Lei n.º 393-A/99**, de 2 de outubro, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 272/2009**, de 1 de outubro, para acesso e ingresso no ensino superior, no ano letivo de 2017-2018, através dos regimes especiais.
- **Parecer n.º 3/2017**, de 8 de maio – Emite parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre acesso ao Ensino Superior.
- **Despacho n.º 3378/2017**, de 21 de abril – Nomeia o Conselho do Ensino Superior Militar.
- **Deliberação n.º 292/2017**, de 19 de abril – Estabelece as regras para a fixação de elencos de provas de ingresso.
- **Deliberação n.º 253/2017**, de 03 de abril – Fixa os pré-requisitos para a candidatura de 2017-2018.
- **Declaração de Retificação n.º 191/2017**, de 28 de março – Retifica a deliberação relativa à candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro 2017-2018.
- **Aviso n.º 2535/2017**, de 13 de março – Torna pública, nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do **Despacho n.º 12304/2012**, de 20 de setembro, a atualização da tabela de emolumentos a cobrar pela Direção-Geral do Ensino Superior (DGES).
- **Deliberação n.º 167/2017**, de 10 de março – Estabelece a correspondência entre os exames nacionais do ensino secundário e as provas de ingresso na candidatura de 2017-2018.
- **Parecer n.º 1/2017**, de 16 de fevereiro – Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre estudantes com necessidades educativas especiais no Ensino Superior.

- **Deliberação n.º 53/2017** de 20 de janeiro – Fixa taxa a cobrar pelos procedimentos de avaliação/acreditação institucional.
- **Deliberação n.º 52/2017** de 20 de janeiro – Procede à revisão da **Deliberação n.º 158/2015** sobre o procedimento especial de renovação da acreditação de ciclos de estudos com acreditação prévia ou não alinhados com o ciclo regular de avaliação.
- **Despacho n.º 674/2017**, de 11 de janeiro – Fixa o prazo em que devem ser submetidos os pedidos de registo dos cursos técnicos superiores profissionais para entrada em funcionamento no ano letivo de 2017-2018.



## 2016:

- **Deliberação n.º 1882/2016**, de 16 de dezembro – Aprova a candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro, 2017-2018.
- **Portaria n.º 305/2016**, de 06 de dezembro – Altera o Regulamento dos Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso no Ensino Superior, aprovado pela **Portaria n.º 181-D/2015**, de 19 de junho.
- **Aviso n.º 15192/2016**, de 05 de dezembro – Torna pública a alteração de denominação do Instituto Superior de Educação e Ciências, para ISEC Lisboa - Instituto Superior de Educação e Ciências.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016**, de 30 de novembro – Define um conjunto de orientações gerais para a articulação da política de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia com as demais políticas públicas de internacionalização.
- **Despacho n.º 14447-A/2016**, de 29 de novembro – Aprova o Regulamento do Programa +*Superior* para o Ano Letivo de 2016-2017.
- **Decreto-Lei n.º 65/2016**, de 21 de outubro – Confirma o entendimento adotado pelas instituições de ensino superior politécnico quanto ao regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas e dos pró-presidentes dos institutos politécnicos após a entrada em aplicação da **Lei n.º 62/2007**, de 10 de setembro, bem como à regularização da atribuição de um suplemento remuneratório por despesas de representação aos presidentes dos institutos politécnicos entre janeiro de 2004 e dezembro de 2012.
- **Decreto-Lei n.º 63/2016**, de 13 de setembro – Cria o diploma de técnico superior profissional e procede à segunda alteração ao **Decreto-Lei n.º 64/2006**, de 21 de março, à quarta alteração ao **Decreto-Lei n.º 74/2006**, de 24 de março, e à primeira alteração ao **Decreto-Lei n.º 113/2014**, de 16 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 57/2016**, de 29 de agosto, alterado pela **Lei n.º 57/2017**, de 19 de julho – Aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento.
- **Decreto-Lei n.º 45/2016**, de 17 de agosto, alterado pela **Lei n.º 65/2017**, de 9 de agosto – Aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo **Decreto-Lei n.º 207/2009**, de 31 de agosto, alterado pela **Lei n.º 7/2010**, de 13 de maio.

- **Despacho n.º 10211/2016**, de 12 de agosto – Estabelece as regras para a fixação das vagas para ingresso, nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado em cada par instituição/ciclo de estudos, através dos concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior e dos concursos de mudança de curso e de transferência para o 1.º ano curricular.
- **Deliberação n.º 1233/2016**, de 3 de agosto – Homologa as propostas de alteração de elencos de provas de ingresso para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior nos anos letivos de 2017-2018, 2018-2019 e 2019-2020.
- **Despacho n.º 9397/2016**, de 22 de julho – Aprova a rede de cursos de ensino português no estrangeiro - Ensino Superior e Organismos Internacionais - para o ano letivo de 2016-2017 e 2017.
- **Despacho n.º 9386-B/2016**, de 21 de julho – Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos referentes ao concurso nacional de acesso e ingresso no ensino superior público para a matrícula e inscrição no ano letivo de 2016-2017.
- **Portaria n.º 199-B/2016**, de 20 de julho – Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no ano letivo de 2016-2017.
- **Portaria n.º 199-A/2016**, de 20 de julho – Aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no ano letivo de 2016-2017.
- **Deliberação n.º 925-A/2016**, de 29 de maio – Candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos de ensino secundário estrangeiro (2017-2018).
- **Despacho n.º 7013/2016**, de 27 de maio – Fixa um período transitório para apresentação de pedidos de registo de alterações aos elementos caracterizadores de um ciclo de estudos, no formato a que se refere o **Despacho n.º 5941/2016**, de 4 de maio (aprova os procedimentos de registo de alterações aos elementos caracterizadores de um ciclo de estudos).
- **Despacho n.º 6228/2016**, de 11 de maio – Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o **Decreto-Lei n.º 393-A/99**, de 2 de outubro, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 272/2009**, de 1 de outubro, para acesso e ingresso no ensino superior, no ano letivo de 2016-2017, através dos regimes especiais.
- **Despacho n.º 5941/2016**, de 4 de maio – Aprova os procedimentos de registo de alterações aos elementos caracterizadores de um ciclo de estudos.

- **Deliberação n.º 691/2016**, de 18 de abril – Estabelece as regras para a fixação dos elencos de provas de ingresso para efeitos de candidatura a cursos que iniciam a sua lecionação no ano letivo de 2016-2017, e para efeitos de candidatura em anos futuros a cursos que já se encontram em funcionamento.
- **Deliberação n.º 146-A/2016**, de 12 de fevereiro, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 398/2016**, de 18 de abril – Fixa os pré-requisitos exigidos para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior, no ano letivo de 2016-2017.
- **Despacho n.º 1845/2016**, de 5 de fevereiro – Determina que as instituições de ensino superior devem comunicar à Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) informação relacionada com os concursos de acesso ao ensino superior.

## 2015:

- **Resolução n.º 43/2015**, de 26 de outubro – Determina a acreditação de ciclos de estudos que compreendam anos preparatórios, ciclos básicos ou outras ofertas similares.
- **Resolução n.º 42/2015**, de 26 de outubro, retificada e republicada na **Declaração de retificação n.º 1013/2015**, de 16 de novembro – Determina a reapreciação da acreditação de ciclos de estudos conferentes do grau de licenciado em que não se verifique a matrícula de novos alunos durante dois anos letivos consecutivos; de ciclos de estudos conferentes dos graus de mestre e de doutor em que não se verifique a matrícula de novos alunos durante três anos consecutivos.
- **Despacho n.º 11814/2015**, de 21 de outubro – Fixa o prazo em que devem ser submetidos os pedidos de registo dos cursos técnicos superiores profissionais para entrada em funcionamento no ano letivo de 2016-2017.
- **Despacho n.º 9182/2015**, de 14 de agosto – Determina a comunicação das vagas fixadas pelas instituições de ensino superior, no âmbito dos concursos especiais e concursos de mudança de curso e de transferência.
- **Despacho n.º 9005/2015**, de 12 de agosto – Procede à nomeação da comissão de avaliação dos requerimentos referentes ao contingente especial para candidatos ao ensino superior portadores de deficiência física ou sensorial.
- **Aviso n.º 8151-A/2015**, 24 de julho – Publicita a lista dos pares instituição/ciclo de estudos abrangidos no âmbito do Programa + Superior para o ano letivo de 2015-2016.
- **Deliberação n.º 1381-A/2015**, de 3 de julho, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 660/2015**, de 6 de agosto, e pela **Declaração de Retificação n.º 283/2016**, de 15 de março – Altera os elencos de provas de ingresso para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior nos anos letivos de 2016-2017, 2017-2018 e 2018-2019.
- **Despacho n.º 7031-B/2015**, de 24 de junho – Altera e republica o regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, aprovado pelo **Despacho n.º 8442-A/2012**, de 22 de junho.
- **Portaria n.º 181-D/2015**, de 19 de junho – Aprova o Regulamento Geral dos Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso no Ensino Superior. Revoga, com efeitos a partir do fim da candidatura à matrícula e inscrição no ano letivo de 2015-2016, a **Portaria n.º 401/2007**, de 5 de abril, alterada pela **Portaria n.º 232-A/2013**, de 22 de julho e pelo **Decreto-Lei n.º 113/2014**, de 16 de julho.

- **Deliberação n.º 974/2015**, de 29 de maio – Regula a aplicação do disposto no artigo 20.º-A do **Decreto-Lei n.º 296-A/98**, de 25 de setembro, com a redação conferida pelo **Decreto-Lei n.º 90/2008**, de 30 de maio, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 32-C/2008**, de 16 de junho (substituição das provas de ingresso para os estudantes titulares de cursos não portugueses legalmente equivalentes ao ensino secundário português).
- **Portaria n.º 103/2015**, de 8 de abril – Altera a **Portaria n.º 1031/2009**, de 10 de setembro, que fixa as áreas em que devem ser realizadas as provas de ingresso para determinados cursos superiores.
- **Decreto-Lei n.º 3/2015**, de 6 de janeiro – Estabelece os critérios a adotar para verificar a satisfação do requisito da titularidade do título de especialista a que se refere o artigo 49.º da **Lei n.º 62/2007**, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico das instituições de ensino superior.

## ANTERIOR:

- **Despacho Normativo n.º 8-A/2014**, de 17 de julho, alterado pelo **Despacho Normativo n.º 13-A/2014**, de 1 de outubro, pelo **Despacho Normativo n.º 15/2015**, de 13 de agosto, e pelo **Despacho Normativo n.º 1-E/2016**, de 4 de abril – Aprova o Regulamento do Programa Retomar.
- **Decreto-Lei n.º 113/2014**, de 16 de julho, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 63/2016**, de 13 de setembro – Regula os concursos especiais de acesso e ingresso no ensino superior e procede à primeira alteração ao **Decreto-Lei n.º 64/2006**, de 21 de março, e ao **Decreto-Lei n.º 36/2014**, de 10 de março.
- **Deliberação n.º 1411/2014**, de 8 de julho – Divulga alterações de elencos de provas de ingresso para as candidaturas de 2015, 2016, 2017.
- **Deliberação n.º 1233/2014**, de 9 de junho – Estabelece as regras para a utilização dos exames finais nacionais do ensino secundário como provas de ingresso.
- **Portaria n.º 91/2014**, de 23 de abril – Determina a realização de provas obrigatória para o ingresso na licenciatura em Educação Básica.
- **Decreto-Lei n.º 43/2014**, de 18 de março – Cria os cursos técnicos superiores profissionais, como formação superior de curta duração não conferente de grau.
- **Decreto-Lei n.º 36/2014**, de 10 de março, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 113/2014**, de 16 de julho – Regula o estatuto do estudante internacional a que se refere o n.º 7 do artigo 16.º da **Lei n.º 37/2003**, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior.
- **Deliberação n.º 1207/2013**, de 29 de maio, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 688/2013**, de 11 de junho – Altera e republica o regulamento da aplicação do artigo 20.º-A do **Decreto-Lei n.º 296-A/98**, de 25 de setembro (provas de ingresso para cada par estabelecimento/curso).
- **Deliberação n.º 889/2013**, de 9 de abril – Estabelece as regras a observar pelas instituições de ensino superior para a fixação de elencos de provas de ingresso.
- **Despacho n.º 15268/2012**, de 28 de novembro – Estabelece regras para a divulgação oficial da informação sobre os requerimentos de bolsa de estudo apresentados pelos estudantes do ensino superior.
- **Despacho n.º 8442-A/2012**, de 22 de junho, sucessivamente alterado, na versão republicada em anexo ao **Despacho n.º 7031-B/2015**, de 24 de junho – Aprova o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.

- **Deliberação n.º 1085/2011**, de 2 de maio – Reinstitui a prova de ingresso de Filosofia a partir da candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano letivo de 2013-2014.
- **Decreto-Lei n.º 230/2009**, de 14 de setembro – Procede à segunda alteração ao **Decreto-Lei n.º 74/2006**, de 24 de março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e determina a desmaterialização de procedimentos relativos ao processo individual do estudante e à emissão dos documentos comprovativos da titularidade dos graus e diplomas, e simplifica o procedimento relativo à equiparação a bolseiro de docentes, investigadores e outros trabalhadores das instituições de ensino superior públicas.
- **Portaria n.º 1031/2009**, de 10 de setembro, alterada pela **Portaria n.º 103/2015**, de 8 de abril – Fixa as áreas em que devem ser realizadas as provas de ingresso obrigatórias para determinados cursos superiores.
- **Decreto-Lei n.º 206/2009**, de 31 de agosto – Aprova o regime jurídico do título de especialista a que se refere o artigo 48.º da **Lei n.º 62/2007**, de 10 de setembro, que aprovou o regime jurídico das instituições de ensino superior.
- **Despacho n.º 13531/2009**, de 9 de junho – Aprova o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo por Mérito a Estudantes de Instituições de Ensino Superior.
- **Decreto-Lei n.º 107/2008**, de 25 de junho – Altera o **Decreto-Lei n.º 74/2006**, de 24 de março, o **Decreto-Lei n.º 316/76**, de 29 de abril, o **Decreto-Lei n.º 42/2005**, de 22 de fevereiro, e o **Decreto-Lei n.º 67/2005**, de 15 de março, promovendo o aprofundamento do Processo de Bolonha no ensino superior, assim como uma maior simplificação e desburocratização de procedimentos no âmbito da autorização de funcionamento de cursos, introduzindo medidas que garantem maior flexibilidade no acesso à formação superior, criando o regime legal de estudante a tempo parcial, permitindo a frequência de disciplinas avulsas por estudantes e não estudantes, apoiando os diplomados estagiários e simplificando o processo de comprovação da titularidade dos graus e diplomas.
- **Portaria n.º 485/2008**, de 24 de abril – Estabelece os critérios de atribuição de autonomia financeira a unidades orgânicas.
- **Portaria n.º 30/2008**, de 10 de janeiro – Regula a emissão do suplemento ao diploma a que se refere o **Decreto-Lei n.º 42/2005**, de 22 de fevereiro, que aprovou os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior (ECTS).
- **Portaria n.º 29/2008**, de 10 de janeiro, alterado pela **Portaria n.º 227/2017**, de 25 de julho – Aprova o Regulamento do Processo de Registo de Diplomas Estrangeiros ao abrigo do **Decreto-Lei n.º 341/2007**, de 12 de outubro.

- **Decreto-Lei n.º 341/2007**, de 12 de outubro – Aprova o regime jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros.
- **Lei n.º 62/2007**, de 10 de setembro – Estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 309-A/2007**, de 7 de setembro – Visa criar um sistema específico de empréstimos a estudantes e bolsiros do ensino superior, investigadores e instituições de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, procedendo à segunda alteração ao **Decreto-Lei n.º 211/98**, de 16 de julho, que regula a atividade das sociedades de garantia mútua.
- **Lei n.º 38/2007**, de 16 de agosto – Aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 239/2007**, de 19 de junho – Aprova o regime jurídico do título académico de agregado.
- **Decreto-Lei n.º 40/2007**, de 20 de fevereiro – Regula o concurso especial para acesso ao curso de Medicina por titulares do grau de licenciado.
- **Decreto-Lei n.º 74/2006**, de 24 de março, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 107/2008**, de 25 de junho, pelo **Decreto-Lei n.º 230/2009**, de 14 de setembro, pelo **Decreto-Lei n.º 115/2013**, de 7 de agosto, e pelo **Decreto-Lei n.º 63/2016**, de 13 de setembro – Aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 64/2006**, de 21 de março, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 113/2014**, de 16 de julho, e pelo **Decreto-Lei n.º 63/2016**, de 13 de setembro – Regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos.
- **Decreto-Lei n.º 67/2005**, de 15 de março – Regula o reconhecimento pelo Estado Português dos graus académicos conferidos na sequência da conclusão com êxito de um curso de mestrado *Erasmus Mundus* e a sua titulação.
- **Decreto-Lei n.º 42/2005**, de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo **Decreto-Lei n.º 107/2008**, de 25 de Junho – Aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior (ECTS).
- **Lei n.º 37/2003**, de 22 de agosto, alterada pela **Lei n.º 49/2005**, de 30 de agosto, pela **Lei n.º 62/2007**, de 10 de setembro, e pela **Lei n.º 68/2017**, de 9 de agosto – Estabelece as bases do financiamento do ensino superior.



- **Decreto-Lei n.º 393-A/99**, de 2 de outubro, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 272/2009**, de 1 de outubro – Regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 124/99**, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pela **Lei n.º 157/99**, de 14 de setembro – Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica.
- **Decreto-Lei n.º 296-A/98**, de 25 de setembro, republicado pelo **Decreto-Lei n.º 90/2008**, de 30 de maio, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 32-C/2008**, de 16 de junho – Fixa o regime de acesso e ingresso no ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 129/93**, de 22 de abril, alterado pela **Lei n.º 113/97**, de 16 de setembro; pela **Lei n.º 62/2007**, de 10 de setembro; e pelo **Decreto-Lei n.º 204/2009**, de 31 de agosto – Estabelece as bases do sistema de ação social no ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 147/88**, de 27 de abril – Altera a redação de um artigo do Estatuto da Carreira Docente Universitária referente ao sistema remuneratório.
- **Decreto-Lei n.º 243/85**, de 11 de julho – Introduce alterações ao regime de dedicação exclusiva.
- **Portaria n.º 1071/83**, de 29 de dezembro – Aprova os impressos dos modelos exclusivos da Imprensa Nacional – Casa da Moeda para requerimento de equivalência/reconhecimento de habilitações estrangeiras.
- **Decreto-Lei n.º 283/83**, de 21 de junho – Estabelece um sistema de equivalência e reconhecimento de graus académicos estrangeiros com base numa reavaliação científica do trabalho realizado com vista à obtenção do grau estrangeiro.
- **Decreto-Lei n.º 185/81**, de 1 de julho, republicado no **Decreto-Lei n.º 207/2009**, de 31 de agosto, e posteriormente alterado pela **Lei n.º 7/2010**, de 13 de maio – Aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.
- **Decreto-Lei n.º 448/79**, de 13 de novembro, republicado no **Decreto-Lei n.º 205/2009**, de 31 de agosto, e posteriormente alterado pela **Lei n.º 8/2010**, de 13 de maio – Aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária.